



O PROCESSO DE OBTENÇÃO DE SISTEMAS DE MÍSSEIS PELA FORÇA AÉREA BRASILEIRA (2010-2021): UMA ANÁLISE COMPARADA

ESTHER KRÜGER SILVEIRA¹; EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – estherkrugers@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul – eduardosvartman@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em um estudo preliminar sobre o processo de obtenção de sistemas de mísseis pela Força Aérea Brasileira (FAB) entre 2010 e 2021. Ele é elaborado no âmbito da Ciência Política, contribuindo e dialogando com os debates da área de conhecimento de Políticas de Defesa. Os seus objetivos consistem em investigar a lógica de obtenção de sistemas de mísseis pela Força Aérea Brasileira, assim como, identificar as variáveis que influenciam a tomada de decisão acerca de tais aquisições. Dessa forma, a pergunta de pesquisa que orienta esse estudo é: De que modo o processo de obtenção de sistemas de mísseis pela FAB atende a Estratégia Nacional de Defesa?

Monteiro (2022) destaca de forma precisa apoiada nas definições estabelecidas em Lei e Portarias Normativas os conceitos de Produtos Estratégicos de Defesa (PED), obtenção e a estreita relação entre os mesmos. Sendo importante ressaltar que segundo a Portaria Normativa nº 15 do Ministério da Defesa (MD), por ela mencionada, a obtenção de Produtos de Defesa inclui três diferentes modalidades: aquisição, desenvolvimento e modernização. Essa delimitação conceitual é importante para o presente estudo, uma vez que são analisados os Relatórios de Gestão do Estado Maior da Aeronáutica – documentos de prestação de contas aos órgãos de controle internos e externos. Nesse material encontram-se os projetos estratégicos em desenvolvimento pela Força, como é o caso dos sistemas missilísticos. Os projetos mencionados ao longo do recorte temporal abordado são: Mísseis antinavio *Harpoon* (aquisição), ar-ar *Python 3 e 4* (aquisição), de curto alcance ar-ar *A-Darter* (co-desenvolvimento), ar-ar *MAA-1B* (desenvolvimento), ar-terra anti-radiação *MAR-1* (desenvolvimento), *BVR Meteor* (aquisição), ar-ar *Derby* (aquisição), *AM39 Exocet* (aquisição), *IGLA* (aquisição).

Apesar desses serem projetos distintos de mísseis – tanto em sua natureza quanto na sua forma de obtenção – eles possuem estreita relação enquanto armamento de defesa. Segundo Grussele (2006), “mísseis são aeronaves não pilotadas e autopropulsadas” (GRUSSELE, 2006, p.4) por turbina ou foguete, os quais são equipados com uma ogiva destrutiva. Tal definição – e suas características atribuídas – são o ponto de partida para reflexão sobre o papel deste produto na defesa nacional brasileira, da mesma forma que inferir a função atribuída a ele pelas próprias Forças Armadas, que no caso deste estudo, restringe-se à Força Aérea. De tal forma, a Estratégia Nacional de Defesa (END) orienta quanto às medidas que devem ser adotadas para os objetivos nacionais serem alcançados, os quais prezam pela preservação da soberania, da integridade territorial e dos interesses nacionais (BRASIL, 2020). Dito isso, a estratégia nacional está pautada na dissuasão convencional, ou seja, tem como propósito desestimular possíveis agressões a partir da ameaça do uso da força, logo, os mísseis são classificados como elementos centrais dessa capacidade dissuasória.

As relevâncias desse elemento dissuasório tanto como um produto de defesa quanto para o desenvolvimento da indústria nacional não minimizam a problemática

acerca do processo disfuncional de obtenção pela Força. A imprecisão do discurso estratégico do país, permite que os mísseis aqui ressaltados sejam mais de interesse da Força do que para atender os interesses da nação. A forma como o processo de obtenção de sistemas de mísseis transcorre é de primordial compreensão para avaliar a lógica que orienta a tomada de decisões sobre essas aquisições. Como mencionado anteriormente, esse é um estudo preliminar, com isso, espera-se avançar para um estudo de caso aprofundado sobre o projeto estratégico MICLA-BR (Míssil de Cruzeiro de Longo Alcance) pela Força Aérea o qual encontra-se em ordem de ‘intenção’ entre a Força Aérea Brasileira e a empresa contratada AVIBRAS, em virtude de contínua discussão a respeito de alternativas de orçamentárias.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste na análise de conteúdo dos Relatórios de Gestão do Estado Maior da Aeronáutica com destaque para o que se enuncia sobre os projetos de obtenção de mísseis, levada em perspectiva comparada com documentos oficiais emitidos pelo Ministério da Defesa e Governo Federal. Além disso, em etapa prévia à análise desses materiais foi feito um estudo acerca da bibliografia existente sobre o assunto (GRUSSELE, 2006; MONTEIRO, 2022); tal leitura é uma forte base que consolida a teoria da presente pesquisa e permite que ela siga contribuindo com os estudos da área. Dessa forma, a análise de conteúdo é um procedimento metodológico pertinente para esse tipo de trabalho uma vez que, conforme Minayo (2007) busca relacionar os significantes e os significados do conteúdo enunciado, assim como, articular tal texto com outras variáveis que determinam suas características. Um exemplo a ser mencionado é a definição das características que influenciam a tomada de decisão sobre essas aquisições – objetivo que essa pesquisa propõe atender. Dessa forma, ao estabelecer tais variáveis é possível relacionar o processo de obtenção dos projetos missilísticos mencionados anteriormente com o conteúdo fundamentado pela Estratégia Nacional de Defesa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise de conteúdo conjunta a análise comparada dos projetos de mísseis divulgados pela Força, pode-se compelir três variáveis que transcorrem o processo de obtenção de sistemas de mísseis pela Força Aérea Brasileira, são eles: a política externa brasileira – a qual exerce influência sobre a política no plano doméstico –, a fragilidade do Ministério da Defesa e o pensamento da FAB sobre quais seriam os projetos que atendem a estratégia nacional, ou seja, nesse estudo percebe-se que o pensamento legitima-se na adaptabilidade do discurso oficial aos interesses próprios da instituição.

Todos os projetos aqui mencionados enfrentaram problemas orçamentários ao longo de seu processo de desenvolvimento e aquisição, o que para alguns levou a atrasos no cronograma como por exemplo, o míssil ar-ar *A-Darter* desenvolvido em uma parceria entre o Brasil e a África do Sul; já outros tiveram seus os contratos rescindidos e suas atividades encerradas como foi o caso do projeto do míssil antirradiação ar-terra *MAR-1* em 2016, que estava em desenvolvimento pela Empresa Mectron - Engenharia, 263 Indústria e Comércio S.A com previsão de término para 2019 – segundo o Relatório de Gestão daquele ano, a decisão da empresa foi motivada pela “acentuada crise econômica que assola[va] o país” (BRASIL, 2016). No entanto, cabe aqui ressaltar que tal projeto que era incumbido

como objetivo detectar e inutilizar meios de detecção inimigos representaria um avanço na capacidade da Força em cumprir sua missão, não foi dada continuidade em seu desenvolvimento. Logo, em que medida esse produto de defesa era significativo à garantia da defesa nacional?

Em consonância com isso, pode-se observar que apesar dos sistemas de mísseis serem primordiais para o aumento da capacidade de aeronaves como o AM-X, F-5M, Gripen entre outros, seus projetos são menos estimados que os dos veículos aéreos. De tal forma que ressalvas logísticas, de fornecedores e entre as próprias empresas contratadas também inviabilizaram e/ou adiaram a execução dos projetos, logo o uso desse equipamento em sua respectiva função. Contudo, o projeto do míssil A-Darter pode ser considerado o mais longo dentre os abordados e aquele que contou com uma capacidade tecnológica significativa dentro do seu desenvolvimento entre a parceria Brasil e África do Sul – por ser um sistema bélico de quinta geração viria a colocar o país em uma posição superior na balança geoestratégica. Porém, após a finalização da transferência não foi atribuída outra menção sobre a eficiência desse armamento militar.

Assim, os resultados providos dessa pesquisa preliminar revelam a imprecisão do discurso estratégico do país, o qual permite que os mísseis aqui ressaltados sejam adquiridos e desenvolvidos mais em virtude do interesse da Força do que como elemento essencial para atender os interesses estratégicos da nação. Ressalta-se que a capacidade desse elemento em atender a necessidade de defesa brasileira comprova-se legítima, no entanto, a variação dentro da natureza dos sistemas de mísseis não é comprovada. Essa afirmação pode ser verificada ao observar o programa MICLA-BR – projeto de míssil de cruzeiro assegurado pelo Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (2018-2027) (BRASIL, 2018) – o qual encontra-se ordem de ‘intenção’ entre a Força Aérea Brasileira e a empresa contratada AVIBRAS e que utilizará tecnologia já desenvolvida para o míssil tático AV-MTC do Exército Brasileiro. Esse exemplo representa o desenvolvimento de um segundo míssil de cruzeiro para garantia da Defesa Nacional, adaptado às especificações da Força Aérea Brasileira. O qual na prática tem apresentado em seu processo os mesmos obstáculos enfrentados por outros sistemas de mísseis que em seu projeto eram vistos como fundamentais.

4. CONCLUSÕES

Em suma, a imprecisão do discurso estratégico do país no que se refere aos elementos armados para assegurar a defesa nacional é disfuncional na prática. Essa questão abre um espaço para a atuação de três variáveis que transcorrem esse processo de obtenção de sistemas de mísseis: a política externa e a sua estreita relação com a política doméstica, a fragilidade do Ministério da Defesa e o pensamento da FAB sobre quais seriam os projetos que atendem a estratégia nacional, o qual legitima-se na adaptabilidade do discurso oficial aos interesses próprios da instituição. Com isso, os projetos revelados pelos Relatórios não respondem à representatividade do elemento enquanto arma, mas sim como um elemento que contribui para a estratégia. Isso significa que em caso de obstáculos – sejam eles orçamentários, logísticos ou de fornecedores – tais projetos podem vir a ser substituídos por outros que venham atender mais fortemente aos interesses da Força ao mesmo tempo que contribuam como um elemento estratégico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (2018-2027)**. Brasília, 2018. Disponível em:
<https://www.fab.mil.br/Download/arquivos/pemaer.pdf>

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Prestação de Contas Ordinária Anual. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em:
https://www.fab.mil.br/Download/arquivos/sic/Relatorio_de_Gestao_COMAER_2016.pdf

BRASIL. Presidência da República. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, 2020. Disponível em:
https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf

GRUSELLE, B. **Cruise Missiles & Anti-Access Strategies**. Paris: Foundation pour la Recherche Stratégique, 2006. Disponível em:
<https://archives.frstrategie.org/web/documents/publications/recherches-etdocuments/2006/200602.pdf>.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 10ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTEIRO, V. **Modelos de Obtenção de Turbinas de Mísseis de Cruzeiro e suas Implicações Político-Estratégicas**: Um Estudo em Perspectiva Comparada. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.